

## ROÇADO, SÍTIO E COMUNIDADE SENHOR DO BONFIM

*Euriko dos Santos Yogi  
Cláudio José Bertazzo  
Maria de Cléofas Faggion Alencar*

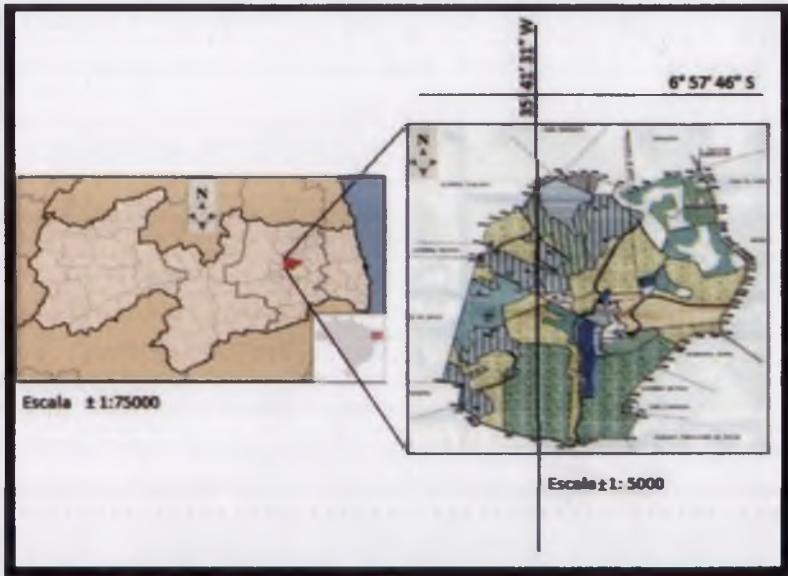
**Resumo** – Discute-se nesse artigo os impactos de políticas públicas para agricultura familiar sobre o conhecimento e práticas agrícolas tradicionais na comunidade quilombola Senhor do Bonfim-PB. Parte da hipótese de que essas políticas por priorizarem o lado econômico, inserem na comunidade elementos da agricultura modernizada, algo incoerente com o texto da lei de incentivo à agricultura familiar que apresenta como objetivo a sustentabilidade social, ambiental e econômica. Utilizou-se a pesquisa qualitativa com uso de entrevistas semiestruturadas, observação participante e metodologias participativas. Verificou-se que algumas políticas públicas estão a influenciar o modo produtivo dos agricultores permitindo a inserção de elementos da modernização da agricultura com consequente modificações no modo de fazer a agricultura.

*Era um sofrimento medonho, aí depois que a gente conseguiu a terra, nós trabalhamos muito, batendo tijolo pra fazer a sede, pra fazer uma casa de farinha, hoje em dia nós somos ricos, nós somos livres (Agricultora 9, 2013).*

### INTRODUÇÃO

A comunidade Senhor do Bonfim está localizada no município de Areia, no estado da Paraíba, é composta por 25 famílias de remanescente quilombola. O total dessa população chega a 130 pessoas que em abril de 2011 tomaram posse dos 122 ha em que vivem há pelo menos 25 anos, sendo que alguns estão nessa área há mais de 90 anos segundo o laudo antropológico utilizado no processo pelo reconhecimento como população quilombola (INCRA, 2007). A localização da Comunidade pode ser observada no Figura 1.

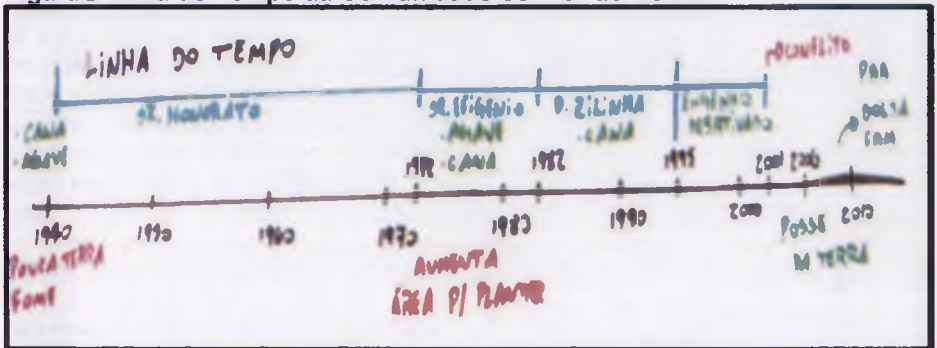
Figura 1 Comunidade Senhor do Bonfim – PB, Brasil



Fonte: IBGE. adaptado pelos autores, 2012

O histórico da comunidade, que contextualiza o modo de vida dessa população e elucida como a comunidade conquistou a posse de seu território pode ser visualizado por meio Figura 2, construído com a agricultora 9.

Figura 2 Linha do Tempo da Comunidade Senhor do Bonfim



Fonte: Yegi, pesquisa de campo, 2013

De acordo com o relato da agricultora 9, os moradores da comunidade Senhor do Bonfim mantinham uma relação de trabalho configurada como morador

de condição ou sujeição, onde os agricultores cediam ao dono, muitas horas de trabalho e em troca podiam cultivar seus roçados e morar em um pequeno espaço de terra. O quadro 1, com os fatos mais marcantes da história do Bonfim e a evolução da área de produção dos agricultores.

1940 até 1982 – Os moradores da comunidade trabalham a maior parte do tempo nas atividades de cana de açúcar, e agave. São atividades extremamente duras e demandam um grande esforço físico.

*Eu mesmo trabalhava em motor de agave né? puxando agave em motor, trabalhei muito nesses altos puxando motor pra lá e pra cá, se arriscando... ai foi pra plantar cana e haja serviço, ganhando pouco, findou eu não podendo mais trabalhar por conta da coluna (Agricultor 7, 2013).*

Nesse período os agricultores tinham muito pouco espaço para plantar, além disso, passavam tantas horas a serviço do patrão que mal podiam se dedicar a seus próprios cultivos, aos roçados se responsabilizavam as crianças e mulheres.

*Era muito pequeno, tinha 1 hectare de terra com 8 pessoas trabalhando. Umás 50 covas de bananeira, 3 pés de laranja, uns 4 pés de jabuticaba, uns 8 pés de abacate, tudo dentro de uma área só, ao redor disso fazia plantio de macaxeira, milho e feijão, era um cultivo pequeno. Nesse tempo meu pai trabalhava no engenho, ele pegava de três da manhã e ia até 8 da noite, tirava direto, o salário era pouco, chegava no final de semana e comprava 2 saco de feijão, um 1 kg de peixe, açúcar e um sabão, era tudo comprado na mercearia que era do gerente, todo o recurso que ganhava ia pra lá. Todo mundo endividava, tinha muitos que plantavam e colhiam um saco de feijão ou milho e ficava tudo lá, pagava com o cultivo, quem não pagava com cultivo pagava com um porco ou galinha. Comprar uma roupa? Não existia isso não, o pessoal andava e trabalhava todo remendado por que não tinha condição de comprar uma calça, uma camisa (Agricultor 4, 2013).*

*A vida aqui era muito difícil, meu marido passava o dia todinho cevando cana, chegou um dia aqui com os olhos furados que furou com cana, chegou e perguntou o que tinha pra comer e eu disse que não tinha nada, ainda fiz um pouco de chá pra ver se ele conseguia dormir. De noite a gente acordava com aquele oção no estômago, eu ainda colocava um copo de água com um pouco de açúcar pra ver se matava um pouco a fome (Agricultora 9, 2013).*

**Quadro 1 Evolução histórica da comunidade Senhor do Bonfim**

Período	Dono da Fazenda	Produção Fazenda	Situação da Produção dos Agricultores	Apoio de Entidades	Situação Socioeconômica dos Agricultores
1940	SR. HONORATO	PRODUÇÃO DE AGAVE E CANA DE AÇÚCAR	POUCA TERRA PARA ROÇADO, ESQUEMA DE MEIA <sup>8</sup> , PLANTAVA BASICAMENTE MANDIOCA, FEIJÃO GUANDU, CRIAVA GALINHA E BOI, ÁREA INCLINADA.	NÃO POSSUÍA	SUJEIÇÃO <sup>9</sup> , FOME, ENDIVIDAMENTO, SEM ACESSO À SAÚDE E EDUCAÇÃO.
1972	SR. EFIGÊNIO	PRODUÇÃO DE AGAVE E CANA DE AÇÚCAR	AUMENTA ÁREA PARA PLANTAR, ÁREA INCLINADA, TERMINA ESQUEMA DE MEIA.	NÃO POSSUÍA	SUJEIÇÃO, PASSA MENOS FOME, ENDIVIDAMENTO, SEM ACESSO A SAÚDE E EDUCAÇÃO.
1982	D. ZILINHA	PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR COMEÇA A CAIR, CRIADO.	AUMENTA ÁREA PARA PRODUZIR ROÇADO, ÁREA INCLINADA.	NÃO POSSUÍA	SUJEIÇÃO, POUCO ACESSO À SAÚDE E EDUCAÇÃO.
1985	D. ZILINHA	ENGENHO DESATIVADO, ARRENDOU AS TERRAS	AUMENTA ÁREA PARA PRODUZIR ROÇADO, ÁREA INCLINADA.	NÃO POSSUÍA	SUJEIÇÃO, PRESTA SERVIÇOS FORA DA COMUNIDADE, POUCO ACESSO À SAÚDE E EDUCAÇÃO.
2001	SR. GIOVANE, INÍCIO DO CONFLITO PELA POSSE DAS TERRAS.	VENDE DAS TERRAS, SEM PRODUÇÃO.	AGRICULTORES DO BONFIM PRODUZEM SOB AMEAÇA, O RESULTADO DE SUA PRODUÇÃO É DESTRUÍDO OU TOMADO PELO GERENTE.	INICIA CONTATO COM AACADE e CPT	SUJEIÇÃO, PRESTAM SERVIÇOS FORA DA COMUNIDADE, POUCO ACESSO À SAÚDE E EDUCAÇÃO, VIVEM SOB AMEAÇA DE SEREM EXPULSOS DA ÁREA.
2006	COMUNIDADE DE NEGRA SENHOR DO BONFIM	ÁREA DIVIDIDA ENTRE OS MORADORES	PASSAM A PRODUZIR LARANJA, BANANA, HORTA, GALINHA CAIPIRA, ALÉM DO TRADICIONAL ROÇADO (MACAXEIRA, FEIJÃO E MILHO).	AACADE, EMATER, PAA e PNAE, BOLSA FAMÍLIA.	PRODUZEM LIVREMENTE, EXPANDEM SUA PRODUÇÃO, ACESSAM POLÍTICAS PÚBLICAS, INICIAM COMÉRCIO DA PRODUÇÃO, MAIOR ACESSO À EDUCAÇÃO E SAÚDE, AUMENTO NA RENDA.

<sup>8</sup> Esquema de Meia: os donos da terra cediam uma certa quantidade de terra para um trabalhador e cobrava metade de tudo que era produzido por ele.

<sup>9</sup> Sujeição: Obrigação de trabalhar uma dada quantidade de horas para os donos da terra, em troca tinham um pequeno espaço para morar e para produzir.

Período	Dono da Fazenda	Produção Fazenda	Situação da Produção dos Agricultores	Apoio de Entidades	Situação Socioeconômica dos Agricultores
2010 à 2013	COMUNIDADE DE NEGRA SENHOR DO BONFIM	ÁREA DIVIDIDA ENTRE OS MORADORES	PASSAM A PRODUZIR LARANJA, BANANA, HORTA, GALINHA CAPIRÁ, INICIA-SE A PRODUÇÃO DE BOLOS E DOCES, ALÉM DO TRADICIONAL ROÇADO (MACAXEIRA, FEIJÃO E MILHO).	AACADE, EMATER, PAA e PNAE, BOLSA FAMÍLIA, PRONAF, PROJETO COOPERAR, UFPB.	PRODUZEM LIVREMENTE, EXPANDEM SUA PRODUÇÃO, ACESSAM POLÍTICAS PÚBLICAS, INICIAM COMÉRCIO DA PRODUÇÃO, MAIOR ACESSO À EDUCAÇÃO E SAÚDE, AUMENTO NA RENDA.

Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

Os agricultores se recordam dos plantios de feijão guandu, que os salvavam da fome, das poucas galinhas que criavam para consumir os ovos e dos acordos que faziam com o dono da fazenda para criar boi “pelo lucro”. O proprietário cedia um garrote ao agricultor, que por sua vez se dedicava na criação desse animal, quando o boi estava em ponto de abate o dono da fazenda ficava com 50% ou 60% do lucro e deixava o resto com o agricultor. Desse modo, era também negociado o “esquema de meia” onde o agricultor poderia cultivar certo espaço e cederia a maior parte de sua produção ao proprietário da fazenda. Os espaços mais produtivos eram destinados à produção de cana de açúcar e/ou agave e restava para os agricultores, normalmente, os morros altos, de difícil manejo.

*Meu pai trabalhou muito aqui... nós tudo pobre trabalhava muito, mas não dava conta, tudo era morrendo de fome, isso era mais ou menos em 1944, aí trabalhava toda família, a gente plantava guandu pra escapar da fome (Agricultora 9, 2013).*

1982 até 2001 – Nesse período, o espaço para produzir é maior e a proprietária das terras é lembrada pelos agricultores de forma positiva, por realizar novenas e festas religiosas. A imagem se torna negativa para o gerente da fazenda, que organizava a produção, pagava os trabalhadores e também os punia. Em meados de 1985, o engenho foi desativado por que não dava lucro e a dona das terras arrendou boa parte de sua propriedade. Os moradores do Bonfim passaram a complementar sua renda com serviços prestados dentro e fora da comunidade e permaneciam sem acesso a saúde e educação.

2001 até 2006 – A partir de 2001 os agricultores do Bonfim iniciaram o conflito pela posse das terras, com a morte da proprietária os herdeiros negociaram a venda da propriedade e ofereceram apenas 1ha para cada morador sem acesso à água. Tendo em vista o pouco espaço para produzir, os agricultores não aceitam e passaram a receber ameaças e pressões por parte dos proprietários.

*Quando foi pra D. Zilinha morrer, antes ainda, o gerente vinha perguntar o que ia ser de nós quando ela morresse, ele dizia que ia tocar a gente tudo pra fora daqui, aí ele ficou só esperando a mulher morrer, quando ela morreu vieram partir a terra, os donos novos quiseram dar um pedacinho de terra pra gente... aí o mais corajoso que teve foi meu marido, ele enfrentou, disse que não ia sair nem queria só um 1ha de terra. Aí danaram nós na justiça e nós fomos buscar nossos direitos (Agricultora 9, 2013).*

Segundo o laudo antropológico preparado por Fortes (2007), em um dos momentos mais críticos do conflito, os funcionários dos proprietários em um único dia destruíram as roças de um dos moradores com um trator, e derrubaram uma casa que estava sendo construída para a filha de uma das agricultoras da comunidade. Os relatos mostram a violência do conflito e com escolaridade precária, os moradores da comunidade quase cederam às ameaças. Neste mesmo período, receberam auxílio da CPT - Comissão Pastoral da Terra, e foram em busca de seus direitos através do reconhecimento como remanescentes quilombolas, direitos previstos pelo Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003).

2006 até 2013 – Após a conquista da posse das terras a comunidade passou a planejar livremente sua produção, o espaço foi dividido de forma igualitária com uma média de 6ha para cada família. A comunidade conta com cultivos diversificados como a produção de citros, bananeiras e olerícolas. As criações aumentaram e se tornaram autônomas onde cada morador é dono dos seus próprios animais. O resultado da produção é consumido pela própria comunidade e também comercializado. Os moradores do Bonfim passaram a desenvolver sua própria agricultura e acessar políticas públicas, junto com o acesso à saúde e educação.

*É uma diferença grande porque hoje eu planto uma base de 5 vezes mais do que era antes, de pai, aí tenho na faixa de 1,5ha de bananeira, 1ha de laranja, 1ha de roça (macaxeira, milho e feijão) e tenho ainda um pedaço separado que é de reserva, que é a área de*

*pousio... tem a horta e também uma criação de galinha, num gaiãozinho que eu tenho, e tenho as frutas que estão espalhadas pela área também, abacate, caju e manga (Agricultor 4, 2013).*

Os agricultores passaram da situação de moradores de condição para proprietários, e cuja produção mudou drasticamente. Passaram a tentar novas atividades, que foi marcada pela ajuda e influência direta de ações governamentais, de ONG'S e da Universidade Federal da Paraíba.

## PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Nesta parte do trabalho abordamos o aspecto da produção agropecuária da comunidade Senhor do Bonfim, levantando dados sobre: organização da família e mão de obra empregada; área de produção dos agricultores, recursos naturais e aspectos sobre a criação de animais; calendário agrícola e contexto produtivo desses agricultores; comercialização da produção. Estas informações servirão de base para contextualização de sua produção e das escolhas desses agricultores em relação aos manejos adotados. Para tanto serão expostos dados individuais e comunitários.

A constatação sociológica que somos obrigados a tirar do nosso conhecimento atual do mundo social é que o indivíduo é multissocializado e demasiado multideterminado para que possa estar consciente dos seus determinismos. Deste ponto de vista, é (socio)lógico ver os indivíduos resistir tanto à ideia de um determinismo social. É porque tem grandes hipóteses de ser plural e porque se exercem sobre ele "forças" diferentes dependendo das situações sociais nas quais se encontra, que o indivíduo pode ter o sentimento de uma liberdade de comportamento (LAHIRE, 2005).

A reflexão de Lahire, acima, nos conduziu para expor e discutir a produção individual dos agricultores em com detalhamento para nos proporcionar a oportunidade de conhecer o *habitus* do agricultor, de modo a compreender o conhecimento tradicional na prática.

*Habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o

*habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida (BOURDIEU, 2007, p. 162).

Quando necessário utilizaremos dados da comunidade para analisar e discutir as dinâmicas produtivas do grupo social de agricultores remanescentes quilombolas da comunidade Senhor do Bonfim.

## **ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E MÃO DE OBRA**

O agricultor 4 mora com sua família em uma casa de tijolos, com piso de cimento, cobertas com telhas de cerâmica, não possui água encanada e utiliza fossas sanitária. Ao lado da casa uma horta, no fundo uma área de roçado e do outro lado da casa encontra-se um pequeno galpão com galinhas caipira, ao redor da casa é possível identificar várias espécies frutíferas como mangueiras, cajueiros e jaqueiras. Na casa moram o agricultor, sua esposa e 3 filhos em idade escolar.

As atividades produtivas estão divididas entre os membros da família, onde o agricultor executa as atividades mais pesadas como, roçar o mato e preparar o solo para o plantio. A esposa auxilia na colheita e em outros tratos culturais mais leves, os filhos auxiliam na produção de aves, e algumas vezes acompanham o pai e a mãe na atividade do roçado, todos estão em idade escolar, portanto não ajudam os pais com frequência nas atividades agrícolas.

Em geral é assim que funciona a divisão de trabalho na comunidade, todos os agricultores entrevistados relataram o mesmo modo de dividir o trabalho que é essencialmente familiar e direcionado para o bem-estar da família.

Nessa comunidade, é possível identificar traços de um modo de vida camponês, com a lógica de produção ligada a costumes e valores que diferem da relação de produção da agricultura capitalista. Para Fortes (2007), o conhecimento sobre a agricultura nessa comunidade é passado de pai para filho desde cedo. Não é só isso que se passa de pai para filho, segundo o agricultor 6, ao constituírem uma nova família, os agricultores levam sementes de feijão, milho, maniva e galinhas, que já haviam na produção de seus pais, para dar início a sua própria produção.



Isso nos indica preservação genética dessas espécies. Essa genética foi selecionada ao longo do tempo pelos agricultores e que provavelmente apresenta viabilidade e produtividade mais adequada ao modo de produção dessa comunidade e no ambiente onde se encontram.

Apesar da mão de obra empregada na atividade agropecuária nessa comunidade ser predominantemente familiar, todos os agricultores relataram que contratam mão de obra extra quando necessário. Essa mão de obra pode ser contratada na própria comunidade, onde os agricultores trocam dias de trabalho, por isso é chamado entre os agricultores de mutirão. Outra forma de pagamento da mão de obra extra é pelo pagamento de diárias, que tanto pode ser de membros da própria comunidade como de pessoas de, já que o pagamento é feito em dinheiro.

*A gente trabalha em mutirão, mas é muito pouco, no começo era todo dia, hoje enfracou, a organização foi diminuindo, todo dia tinha mutirão, um dia na terra de um... outro dia na terra de outro.... Hoje eu preciso de uma pessoa trabalhando comigo, sempre tem alguém, pra limpar o mato e pra colher a laranja. Dependendo do tanto de trabalho gasta muito dinheiro, eu nunca faço as contas não (Agricultor 5, 2013).*

O relato acima demonstra que o esquema de mutirão era mais utilizado do que hoje em dia, como forma de suprir a mão de obra necessária para a produção, porém, houve enfraquecimento dessa modalidade coletiva: "não dá certo não, porque uns trabalham mais do que os outros, sendo assim eu prefiro contratar a diária" (Agricultor 5). Outro fator que parece relevante na contratação de mão de obra externa é a expansão das áreas produzidas e o volume de trabalho com suas próprias áreas. Por isso não têm tempo de participar de trabalho coletivo e apresentam a contratação de mão de obra como fator produtivo bastante oneroso.

*Gasto bastante com mão de obra, 30% do lucro mais ou menos vai só de mão de obra, eu gosto de contratar mais pra limpa, quando vem o período da chuva nós contrata muita mão de obra, porque não pode perder o tempo da chuva, pra avançar o plantio a gente contrata trabalhador (Agricultor 4, 2013).*

A mão de obra representa um alto custo de produção para estes agricultores, que é refletida no valor final da produção e nem sempre os eles se dão conta desse alto custo.

Tabela 1 Custos de produção em reais (\$) do agricultor 4 em 2010

Produção	Despesas em	Despesa com	Receita	Lucro
	geral	mão de obra		
Horta	1.688,00	1.920,00	7.248,00	3.640,00
Banana	350,00	100,00	936,00	486,00
Laranja	1.500,00	1.100,00	-	-2.600,00
Macaxeira	-	1.500,00	3.990,00	2.490,00
Feijão	80,00	-	440,00	360,00
Papelaria	480,00			
<b>TOTAL</b>	<b>5.098,00</b>	<b>4.620,00</b>	<b>12.614,00</b>	<b>4.376,00</b>

Fonte: Yogi et al, pesquisa de campo, 2011

Como exemplo apresentamos a Tabela 1, com as quantias empregadas pelo agricultor 4, destacando os gastos com mão de obra contratada, que representam 36% de todas as despesas para a produção no ano de 2010. Quando questionado sobre a contratação de mão de obra, o agricultor 4 comenta que é utilizada principalmente para a adubação, que é realizada pela biomassa, biomassa vegetal incorporada ao solo depois da limpeza do terreno, como será visto mais adiante.

Assim, fica claro que apesar de serem estimulados a aumentar sua produção, os agricultores da comunidade Senhor do Bonfim crescem de maneira um pouco desordenada, suas atividades são realizadas muitas vezes nenhum cálculo sobre o custo de produção, o alto gasto com mão de obra demonstra isso. A falta de estratégias para minimizar o trabalho e a conseqüentemente contratação de mão de obra denota a carência de assistência técnica. Poderiam ser empregados, por exemplo, Sistemas Agroflorestais ou uso de Adubação Verde para diminuir os gastos com mão de obra externa. Este gasto excessivo parece ser um dos gargalos da produção da comunidade Senhor do Bonfim.

Figura 3 Desenho da propriedade do agricultor 6



Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

As áreas de produção na comunidade seguem o mesmo padrão do agricultor 6. Na Figura 3, o agricultor representou as áreas de produção que estão divididas entre: bananal, laranjal, área de roçado (macaxeira, feijão e milho) e áreas destinadas à criação de galinha, boi ou ovelhas. O desenho representa bem a área desse agricultor, cada espaço do território é aproveitado, inclusive nas ruas do laranjal e do bananal, onde não há separação espacial de cultivos e sim um máximo aproveitamento de cada espaço.

Quando receberam a posse das terras, os moradores do Bonfim dividiram tudo por igual, ficando cada família com uma média de 6 ha, a divisão ocorreu de forma que cada família pudesse contar com uma parte com relevo mais inclinado figura 4, e outra parte de baixada (relevo plano). A comunidade situa-se na microrregião do brejo paraibano, caracterizado como Brejo de Altitude por Andrade Lima (1982), a área não apresenta um bom potencial para uso agropecuário

intensivo. Além da pouca profundidade e da elevada pedregosidade, o relevo acidentado dessas regiões tornam elevado o risco de erosão nestas áreas. Os aspectos mais favoráveis ao uso das terras estão relacionados com a alta quantidade de matéria orgânica presente na camada superficial dos solos e, principalmente, com a maior disponibilidade de umidade atmosférica, favorecida pela altitude elevada. Apesar das limitações ambientais referidas, nas regiões de brejo ocorrem pequenas áreas com relevos mais favoráveis, porque possuem solos profundos, não pedregosos em relevo plano, mostrando, portanto, um bom potencial para uso com agropecuária (RODRIGUES et al, 2008).

Para o agricultor 4, a maior dificuldade encontrada para a agricultura é a questão do relevo.

*O solo inclinado é mais difícil porque é muito alto, não tem como a gente fazer um manejo mais facilitado. Já percebi queda na produção na plantação de feijão quando planto no alto, tem uma diferença grande comparado ao feijão que planto na baixada (Agricultor 4, 2013).*

Para estes agricultores, a oportunidade de contar com áreas mais férteis e mais úmidas como são as áreas de baixada é algo novo. No tempo de seus pais essas áreas eram de uso do engenho e as áreas onde podiam produzir eram as áreas de relevo mais inclinado, menos férteis, e de difícil manejo. Este foi o motivo dos agricultores terem o cuidado de dividir as áreas de várzea de forma igualitária.

#### Figura 4 Produção em relevo inclinado



Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

Na comunidade há uma grade valorização das áreas de mata nativa, os agricultores mencionam o uso de graveto e galhos secos para uso no fogão à lenha ou para a construção de estruturas para criação de animais, além do uso medicinal de algumas espécies.

*A gente usa somente as galhas de pau seco pra queimar...as vezes assim quando a pessoa ta doente vai lá e tira uma casquinha de um pau pra fazer remédio, casca de angico, aroeira, outra que serve pra dor de dente. É na mata onde a gente encontra uma madeira, aí tira, precisa duma lenha, todo mundo aqui não vai comprar gás, num pato desses, ninguém vai comprar gás né? Pode ter um bujãozinho em casa pra fazer um chá nas carreira, mas o certo mesmo é queimar lenha. Ai na mata tem lenha, uma madeira pra fazer casa pra um bicho, porque ninguém vai ta comprando madeira serrada cara pra fazer casa pros bichos, eu mesmo tenho minha cocheirinha aí. A mata tem uma utilidade boa aí, pra nós tudinho, porque é de todos e todos podem ir na mata colher quando precisa (Agricultora 1, 2013).*

Existe uma consciência do bem comum e de uso coletivo das matas preservadas. Para estes agricultores, a mata sempre foi considerada importante para a sobrevivência da comunidade. Além de prover recursos às atividades agrícolas e de produção animal, onde o acesso ao capital ecológico por parte desses agricultores aponta para um modo camponês de gerir os recursos naturais.

*A mata é tudo, a mata traz vida, sem a mata nós não conseguia sobreviver. Antes nós usava até a pitomba da mata pra sobreviver, hoje não, porque nós cultivamos livremente, mas quando precisava nós vendia pitomba e cajá (Agricultor 4, 2013).*

Para o agricultor 4, as matas poderiam ser incluídas nas atividades produtivas no futuro, como por exemplo os sistemas agroflorestais e a criação de abelhas.

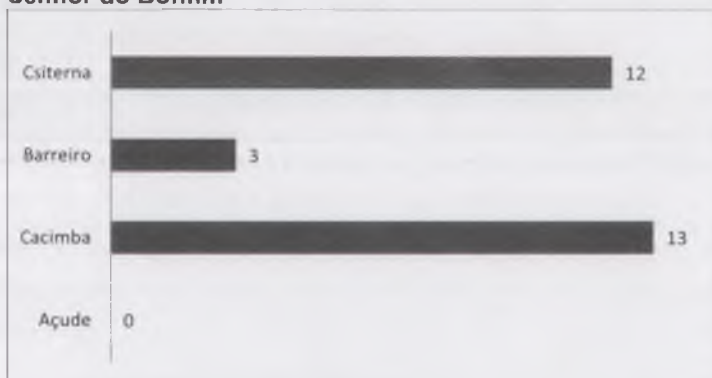
Um dos recursos naturais essenciais para atividade agropecuária é a água. O agricultor 4, utiliza como fonte de água uma cacimba, que alimenta uma caixa d'água em sua residência e um sistema simples de irrigação para sua horta. Em ambos, o agricultor faz uso da gravidade.

A situação desse agricultor não reflete a realidade do restante da comunidade, alguns agricultores, pela situação geográfica de seu sítio, não possuem o benefício da gravidade, em algumas situações fazem barreiros para irrigar de

forma manual sua produção, em outros casos possuem cisterna adquirida junto ao programa governamental 1 Milhão de Cisternas, articulados pela ASA e AS-PTA.

A questão da água na comunidade também é um gargalo para sua produção, apesar de possuírem em seu território três açudes, os agricultores dessa comunidade ainda não acessam a esse recurso. Nas entrevistas 65% dos agricultores relataram que sentem necessidade de contar com sistema de irrigação e que isso ajudaria no desenvolvimento da atividade agrícola.

**Gráfico 1 Tipos de fontes de água das famílias na comunidade Senhor do Bonfim**



Fonte: Yogi et al, pesquisa de campo, 2011

A comunidade conta com quatro tipos de fontes de água, Figura 5 e Gráfico 1: cisterna, barreiro, cacimba e açudes. A cacimba e a cisterna são para uso doméstico e o barreiro para atividade agrícola. A água disponível nos açudes ainda não está sendo utilizada pelos agricultores por falta de infraestrutura necessária para bombear a água.

**Figura 5 - Fontes de água utilizadas pela comunidade Senhor do Bonfim**



Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013. 1 – Caixa d'água, 2 – Vista aérea dos açudes, 3 – Barreiro, 4 – Cisterna

No caso do agricultor 4, a produção é de: bananeiras, citros, produção de várias espécies de olerícolas, roçado com feijão, milho e macaxeira consorciados, colheita de frutos de época (manga, caju, abacate, jabuticaba, jaca, goiaba, cajá, pitomba) Quadro 2 e a criação de corte de galinha caipira.

**Quadro 2 Produção vegetal do agricultor 4**

Cultivo	Adubação	Manejo do solo	Sementes	Pousio	Queimada
Bananeira	Biomassa vegetal e esterco	Plantio e limpeza	Reprodução vegetativa	não	não
Laranjeira	Biomassa vegetal e esterco	Plantio e limpeza	Compra e produz (mudas)	não	não
Olerícolas (horta)	Esterco	Preparo constante do solo	Compra	não	não

Cultivo	Adubação	Manejo do solo	Sementes	Pousio	Queimada
Roçado (feijão, macaxeira e milho)	Biomassa vegetal	Brocar o mato, preparar leiras ou covas e limpeza	Banco de sementes e maniva, doação do governo	sim	não
Frutíferas (manga, caju, abacate, jabuticaba, jaca, goiaba, cajá, pitomba)	—	—	—	—	—

Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

A produção agropecuária da comunidade Senhor do Bonfim possui dois períodos marcantes, antes de 2006 quando não possuíam espaço e nem autonomia fazer os seus plantios e criações, nesse período a atividade agropecuária foi marcada pelos roçados em sistema de plantio (milho, feijão e macaxeira), colheita de frutos de época, criação de galinha para consumo e criação de boi “pelo lucro”. O período pós 2006 foi marcado pela introdução de algumas atividades como a produção de citros, de banana, de olerícolas (horta) e da criação de galinha caipira, e alguns casos a criação de gado de forma autônoma.

Hoje em dia, para grande maioria dos agricultores, as bananeiras são plantadas em terreno com inclinação elevada, onde o manejo dos solos é simples, baseado no preparo do solo e adubação com esterco. A reprodução é por meio de material vegetativo, não necessitando de semente ou aquisição de mudas. Para estes agricultores essa atividade é uma das mais rentáveis.

*A bananeira é melhor de trabalhar, o lucro é maior, aqui a gente tira banana o ano todo (Agricultor 3, 2013).*

Para o manejo das bananeiras não é utilizado pousio nem queimada devido a sua característica produtiva, desse modo o bananal pode ser renovado quando a produção cai, ou expandido quando o agricultor julga ser viável. Os agricultores realizam manutenção com limpeza das ruas e adubação com esterco curtido. É importante ressaltar que o manejo dos solos não é adequado, uma vez que a maior



parte do plantio de bananeiras está implantada em áreas muito declivosas, assim há pouca ou nenhuma medida para evitar a erosão do solo.

O manejo dos solos para a produção de citros é semelhante ao da produção de bananas, com diferença de que no início os agricultores adquiriam as mudas de laranjeira, hoje quando pretendem expandir a produção, fazem as próprias mudas, evitando mais um custo de produção. A adubação é realizada com esterco bovino curtido e biomassa vegetal, as principais atividades realizadas ao longo do ano são a limpeza das ruas e a colheita dos frutos. Por ser “planta de raiz” não existe pousio nem queimadas e seguem a mesma lógica da produção de bananas. Os citros também são produzidos em terreno com relevo elevado, com poucos recursos para evitar erosão.

A horta é realizada em relevo plano, frequentemente adubado com esterco bovino curtido e sistematicamente preparada em forma de canteiros para a produção. Por serem culturas de ciclo curto, o retorno é mais rápido, porém demanda preparo do solo e plantio constantes. As sementes não são produzidas na comunidade, são adquiridas no comércio local, a cada ciclo produtivo. Os produtos da horta são comercializados através do Programa de Aquisição de Alimentos, segundo os agricultores estes são os produtos mais demandados pelo programa de venda direta. Apesar disso, poucos agricultores, apenas 3, estão inseridos nessa atividade produtiva.

O roçado é como os agricultores chamam o cultivo em sistema de plantio, de feijão, milho e macaxeira. Esse esquema de cultivo é chamado de sequeiro, pois seu ciclo de produção depende exclusivamente das chuvas, porque não há qualquer tipo de irrigação, é tradicionalmente desempenhado por agricultores nordestinos e no caso da comunidade Senhor do Bonfim é a base da sua alimentação.

*É um negocio grande... fazer a limpa, depois vem a cavagem, a viragem da terra... aí planta a maniva, depois que a maniva ta grande com mais ou menos um mês tem que passar outra limpa, com 2 meses outra limpa de novo e mais 3 meses pra frente outra limpa. O feijão e o milho nós costuma plantar junto com a maniva, faz as covinhas e planta feijão no final da cova, ao lado da macaxeira, associado. De três em três leirões nós planta o milho. Então nós*

*deixa um espaço de mais ou menos 80cm e bota só a cova do milho (Agricultor 4, 2013).*

Como é a atividade mais antiga na comunidade, também podemos afirmar que é o manejo mais tradicional na comunidade, cujos relatos revelam que esta atividade foi ensinada pelo pai ou pela mãe.

A primeira tarefa do roçado é a de “brocar o mato”, uma capoeira mais grossa, pois os roçados são desenvolvidos em áreas de pousio. Nenhum agricultor relatou o uso de esterco, desse modo, a própria biomassa vegetal é a forma de adubar essas culturas agrícolas, com a degradação e incorporação da matéria orgânica diretamente no solo.

*É só o mato mesmo, dificilmente a gente usa esterco, a gente gosta de usar esterco só quando vai fazer um plantio separado, por exemplo o milho, quando é só pra milho a gente usa o esterco, pra macaxeira não é muito legal não, ela não engrossa, ela carrega muito nas folhas, mas fica muito fina, fica a parte de cima bem bonita e em baixo nada (Agricultor 4, 2013).*

O consórcio de mandioca com feijão é uma das práticas mais importantes, não apenas pelo aspecto social que exerce, como também pela sua relevância econômica e contribuição no aporte em matéria orgânica e nitrogênio ao solo (DEVIDE et al., 2009). O raciocínio para o cultivo de milho é o mesmo. O sistema entre leguminosas e gramíneas é importante para balancear a relação carbono x nitrogênio e proporcionar ao solo alto teor de matéria orgânica para as culturas agrícolas. As leguminosas imobilizam em seus tecidos o nitrogênio da fixação biológica feita pelo rizóbio associado, possuem relação C/N próximo a 20 e taxa de decomposição rápida, ao passo que as gramíneas se decompõem mais lentamente, dado o conteúdo de N que em sua fitomassa é menor (ALVARENGA, 2004).

O sistema conhecido como coivara, faz parte de uma agricultura tradicionalmente desenvolvida por quilombolas, indígenas e camponeses.

A agricultura de derrubada e queima, que inclui ciclos de cultivo e pousio da vegetação secundária, é um dos principais sistemas de uso da terra na Amazônia brasileira. A vegetação secundária de floresta tropical, denominada de capoeira, desempenha papel-chave para a manutenção desse sistema, pois é durante o período de

pousio que o sistema acumula biomassa e nutrientes para atender à demanda nutricional das culturas agrícolas (VASCONCELOS, 2012).

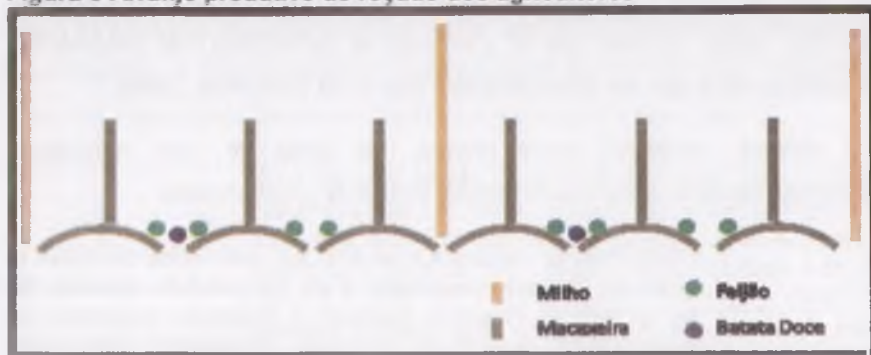
A coivara foi caracterizada por Altieri (1989), como um sistema de plantio itinerante em que, as áreas cultivadas são submetidas ao pousio por um período maior do que o de plantio e a palhada seca é queimada. Este processo além de eliminar as plantas espontâneas, em curto prazo reduz a acidez do solo e disponibiliza através das cinzas os nutrientes necessários para as culturas de interesse (SCHMIDT, 2003).

A coivara desses agricultores possui algumas particularidades. No passado, a área de produção dos agricultores era limitada, porém o pousio era realizado de certa forma.

*No tempo de meu pai ele não plantava essas coisas que nós temos hoje aí, planta de raiz aqui ninguém aceitava, bananeira e laranjeira ninguém podia plantar, só podia plantar coisas que arranca, porque quando o patrão mandava a gente sair de onde a gente estava, aí nós tinha que ir pra outra área, desmatar pra poder plantar tudo de novo, a área que ficou pra trás ele já mandava plantar cana.” (Agricultor 1, 2013).*

O relato nos revela que os agricultores do Bonfim nem sempre cultivavam o mesmo espaço, dependia do gerente ou do dono da fazenda, a escolha desses espaços, servindo como estratégia para limpeza e preparo do solo para posterior plantio de cana. Uma peculiaridade a respeito da forma como produzem o roçado é que estes agricultores já não fazem uso de queimadas, ao invés disso a biomassa vegetal é deixada como cobertura, protegendo o solo contra erosão e colaborando para o aporte de matéria orgânica (Figura 5).

Figura 6 Arranjo produtivo do roçado dos agricultores



Fonte: Yogi. pesquisa de campo, 2013

*Não, eu não gosto de queimar não, porque acaba com terra, estraga a terra. Antes aqui o pessoal limpava e queimava o mato, aí depois quando começou a participar de reunião essas coisas, aí parou. Quando tinha um mato mais grosso aí queimava pra não “embuluar”, aí depois passava cavando a terra (Agricultor 5, 2013).*

Essas atitudes se devem a influência dos técnicos da Associação de Apoio às Comunidades Quilombolas da Paraíba (AACADE) e EMATER, que orientaram os agricultores a adotarem uma outra estratégia para o manejo da capoeira.

Segundo a compreensão de Silva (2008), no interior de São Paulo, no século XVI, o contato com os bandeirantes, os negros e os indígenas, marcaram uma mescla de culturas que influenciou diretamente a agricultura. Em Areia-PB, região marcada pela produção de cana de açúcar e uso intensivo de mão de obra escrava, não foi diferente. Para Almeida (1980), o “cabra de engenho” responsável pela mão de obra na atividade canavieira pós-escravidão, resultou da mestiçagem do negro, do tapuia (indígena) e do branco.

Por isso, vemos a coivara sendo utilizada como estratégia de produção, com a macaxeira e mandioca como as principais culturas a serem exploradas por esses agricultores.

O sistema de produção integrando macaxeira, milho, batata doce e feijão é uma estratégia amplamente utilizada pela a agricultura familiar no Nordeste. As vantagens do sistema consorciado são: aumento na produtividade por unidade de área (MATTOS et al., 2005), proteção vegetativa do solo e supressão das plantas espontâneas (DEVIDE et al., 2009) e redução da incidência de pragas e doenças nas culturas consorciadas, proporcionando, com maior frequência, maior lucro ao pequeno produtor, além de diversificar as fontes de renda (ALVES et al., 2009).

*A primeira colheita é o feijão, 67 dias mais ou menos, aí depois vem o milho, 90 dias maduro, se for esperar secar dá 5 meses. A macaxeira são 8 meses, eu colho a macaxeira aos poucos, a macaxeira pode esperar um ano, um ano e meio. É como se você tem uma renda ali, que vai depender da sua necessidade, você vai indo buscar um cacho lá. É a mesma macaxeira, só que eu posso começar a colher ela, dependendo da minha situação financeira, com 8 meses, se eu tiver uma situação financeira legal que dê pra guardar lá como se fosse uma reserva, aí eu posso começar a colher*

só com um ano e aí ela vai tendo um rendimento maior (Agricultor 4, 2013).

O relato do agricultor 4, demonstra a importância do aproveitamento de espaço, da relação tempo x espaço dessa estratégia produtiva, proporcionando ao agricultor várias colheitas de diferentes produtos ao longo do tempo. Alguns agricultores relatam também utilização de outras culturas nesse sistema de plantio, como exemplo a batata doce e/ou jerimum. Em outros casos, o roçado é cultivado próximo às ruas de bananeiras e laranjeiras, como relatado pela agricultora 1, Figura 6.

*Eu chamo esse jeito que eu planto de plantio tipo salada, é assim tudo misturado laranja, caju, manga, milho, feijão macaxeira tudo junto (Agricultora 1, 2013).*

**Figura 7 Aproveitamento dos espaços na produção**



Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

As sementes de milho e feijão são armazenadas de um ano para outro, são as sementes crioulas.

As sementes crioulas, também chamadas de sementes de variedade local ou tradicional, são aquelas conservadas, selecionadas e manejadas por agricultores familiares, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais e que, ao longo de milênios, vêm sendo permanentemente adaptadas às formas de manejo dessas populações e aos seus locais de cultivo. A forte relação que essas sementes guarda com a identidade cultural de diferentes povos e comunidades é expressa pelas variadas denominações que elas recebem: por exemplo, no estado da Paraíba, são chamadas de Sementes da Paixão. (PETERSEN et al, 2013).

Nem sempre os agricultores da comunidade conseguem armazenar sementes (milho e feijão) de forma eficiente para o plantio do ano seguinte. A forma rústica de armazenamento promove a perda de sementes, além disso a irregularidade das chuvas e secas prolongadas prejudicam a produção. Assim, os agricultores precisam de sementes de variedades comerciais, que são cedidas pelo governo, figura 8.

*Sempre eles mandam semente de feijão e milho, não mandam todo ano, esse ano eles mandaram, sendo que nós não precisamos, porque nós já tinha... mas esse ano nós já tinha muita semente guardada. Quando a seca é muito grande que não dá pra guardar aí nós planta a do governo. As vezes nossas sementes apodrecem ou as vezes dá um besouro ruim nelas. Mesmo assim quando tem que plantar das duas nós separa, porque a semente do governo não é boa que nem a da gente, a da gente é da nossa terra e essa do governo ninguém sabe de onde vem. A semente do governo não dá boa que nem a da gente aqui não (Agricultor 5, 2013).*

**Figura 8 Diferença visual entre milho crioulo (esquerda) e milho híbrido cedido pelo governo**



Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

Com relação à reprodução da macaxeira, os agricultores utilizam as próprias partes vegetativas para o roçado, esse material é repassado de pai para filho ao longo do tempo. "A maniva eu tiro diretamente da planta viva que já está no campo, nunca falta" (Agricultor 6, 2013).

O esquema de roçados da comunidade Senhor do Bonfim é uma atividade tradicional que, ao longo do tempo, foi aperfeiçoada em um sistema complexo muito vantajoso para o agricultor. As vantagens desse sistema são: aproveitamento de uma mesma área de plantio para diversas culturas, colheitas em diferentes épocas do ano, geração de renda e colaboração para a manutenção de hábitos alimentares dessa população.

As frutíferas também são encontradas ao longo de todo território, onde não há necessidade de comprar sementes, não há preparo ou limpeza do solo, queimada ou pousio. Elas fazem parte da história desses agricultores e são citadas como as plantas que os salvaram da fome em vários momentos. Para o agricultor 7, as frutíferas dão valor a terra, "sem estas frutas a terra não tem valor".

*Antigamente as pitombeiras, as mangueiras, essas coisas... salvaram nós da fome, era o único jeito de tirar algum trocado, hoje em dia no tempo que dá até se estraga pelo chão (Agricultor 7, 2013).*

Hoje, com toda a produção em expansão, as frutíferas estão sendo deixadas de lado e são pouco comercializadas, elas são consumidas na própria comunidade e por haver pouco interesse em comercializá-las acabam estragando no chão. A comunidade não tem um plano para comercializar essa produção de forma efetiva, e até agora não foram demandadas pelo PAA ou pelo PNAE.

A criação de animais também está presente na comunidade. A criação de galinha do agricultor 4, é realizada em um pequeno galpão ao lado de sua casa e todos os insumos para a produção de galinha caipira são adquiridos fora da comunidade (aquisição de ração, de pintos e de vacinas). A mão de obra nessa atividade é familiar sem necessidade de contratação de força externa. A produção é comercializada através do PAA e também consumida pelos agricultores.

A situação do agricultor 4, não reflete a realidade geral dos agricultores dessa comunidade. A maioria cria "galinhas de capoeira" no terreiro de casa e não contam com galpões para produção. As criações menores não se utilizam da compra de ração, de pintos ou vacinas, pois são galinhas crioulas, tratadas com alimentação natural e complementada com o milho produzido na própria comunidade. A sua finalidade é o consumo dos ovos e da carne pela própria família.

Como observado ao longo desse capítulo, algumas atividades foram estimuladas pelo PAA e PNAE, essa é a política que acompanha esses agricultores desde o início de sua livre produção, assim a criação de galinha caipira do agricultor (4) não é diferente, essa atividade foi estimulada por esta política pública. Hoje a comunidade está em fase de grandes mudanças, estão sendo construídos três galpões aviários e um abatedouro, essa atividade será executada de forma coletiva entre nove famílias que se propuseram a participar da atividade. Essas mudanças dizem respeito a quantidade de galinha caipira produzida e à quantidade de insumos que serão adquiridos por estes agricultores, além disso a lógica produtiva e de comercialização mudará drasticamente o perfil da produção de aves na comunidade.

As criações de boi e ovelhas. A criação desses animais funciona como uma poupança para os agricultores, como uma forma de investimento. Quando têm alguma reserva substancial ou quando fazem empréstimo, os agricultores adquirem garrotes ou burregas e os criam até a fase adulta, para depois vender e aumentar a poupança.

### **Calendário agrícola**

A dinâmica produtiva da comunidade Senhor do Bonfim e o calendário agrícola de produção, dependem fortemente do período de chuvas. O Quadro 3 apresenta o calendário construído com os agricultores.

**Quadro 3 Calendário agrícola da comunidade Senhor do Bonfim**

JAN	FEV	MAR	ABR
limpeza do terreno para roçado, colheita e limpeza do bananal, limpeza do laranjal	limpeza do terreno para roçado (planta feijão macassa), colheita e limpeza do bananal, limpeza do laranjal	inicia plantio de batata doce, colheita e limpeza do bananal, limpeza do laranjal	início das chuvas, plantio de macaxeira e milho, colheita banana, colheita de feijão macassa (verde)



MAI	JUN	JUL	AGO
expansão do bananal e laranjal, colheita de banana, plantio de feijão (carioquinha), fava e jerimum, plantio de macaxeira e limpeza do roçado	Diminui colheita de banana, colheita do milho (verde), limpeza de laranjal, bananal e roçado, plantio de feijão (macassa) e milho	colheita de feijão(carioquinha) e milho, colheita de batata doce e jerimum	colheita de milho e feijão (carioquinha), limpeza do roçado, início da floração das Laranjeiras (limpeza e adubação)
SET	OUT	NOV	DEZ
colheita e plantio de feijão (macassa), colheita de milho (seco), limpeza de bananal e laranjal, bananeiras passam a produzir mais	colheita de banana e laranja, início da colheita de macaxeira	Manutenção do roçado, bananal e laranjal, atividades começam a diminuir, pode colher macaxeira, colheita de feijão (macassa), colheita final de laranja e colheita de banana	Manutenção do roçado, bananal e laranjal, atividades começam a diminuir, pode colher macaxeira, colheita de banana

Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

O calendário foi construído com base no ano de 2013, mas segundo os agricultores, pode sofrer grandes alterações, isso se deve a inconstância das chuvas, que podem iniciar no final de março ou final de abril. Este calendário é estabelecido pela observação dos fenômenos climáticos, pois estes agricultores conhecem a chuva esporádica e a também a chuva de inverno, que cai com maior constância.

Nos meses de janeiro e fevereiro os agricultores realizam a limpeza do terreno para o plantio do roçado (macaxeira, milho e feijão). A biomassa vegetal capinada é espalhada no solo para servir de cobertura morta e, posteriormente, de adubo para as culturas. Com as últimas chuvas de verão, final de fevereiro e início de março, é possível plantar feijão macassa, que é a primeira cultura do sistema de roçado a ser colhida. Para o caso do bananal e laranjal, a limpeza é realizada da mesma forma, o material vegetal permanece sobre o solo, única medida adotada para impedir a erosão do solo.

No mês de março inicia-se o preparo do solo para o plantio da macaxeira e do milho, dependendo do ano, ao final de março já é iniciado o plantio. Concomitante a essas atividades, os agricultores fazem limpas de manutenção de laranjeiras e bananeiras.

Em abril, geralmente mês em que as chuvas se tornam mais constantes os agricultores plantam a macaxeira e milho, nesse período colhe-se o feijão macassa verde, para consumo e comercialização.

Maiο foi considerado o mês mais seguro para as “culturas de raiz” como laranjeiras e bananeiras por ser mais úmido. Nesse período os agricultores também plantam mais uma roça de feijão do tipo carioquinha, além de jerimum e fava, tudo em consórcio com a macaxeira e o milho.

O mês de junho é marcado pela colheita do milho verde, marcante na região por coincidir com o período das festas juninas, onde a demanda por milho verde cresce pela cultura alimentar dessa região. Nesse período a produção de bananas diminui e a colheita se torna reduzida. Capinas de manutenção são realizadas em todas as culturas.

Em julho é realizada mais uma colheita de feijão e a colheita de milho seco, fava e jerimum. Em agosto continua colheita de feijão e novamente a limpeza do laranjal, período importante pois é início da floração das laranjeiras, além da limpeza é realizada uma adubação com esterco curtido, a biomassa vegetal é espalhada sobre o solo para evitar stress das raízes das laranjeiras.

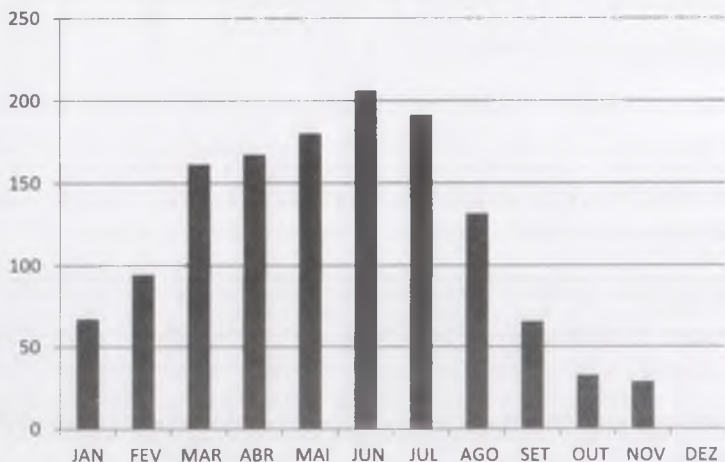
Em setembro continuam a colheita do milho seco, as capinas de manutenção e é realizado novamente um plantio de feijão macassa. É interessante observar que durante todo ano os agricultores ocupam a área de roçado com feijão.

O mês de outubro é marcado pela colheita de laranja e início da colheita de macaxeira, que poderá ocorrer até quatro ou cinco meses depois. Como foi mencionado anteriormente, a macaxeira permanece no campo como uma poupança.

Nos meses seguintes, novembro e dezembro, as atividades diminuem porque são os meses secos e os agricultores ainda estão colhendo e realizando capinas de manutenção.

As atividades de criação de animais são constantes e o manejo diário.

**Gráfico 1 Índice pluviométrico do município de Areia-PB em 2013**



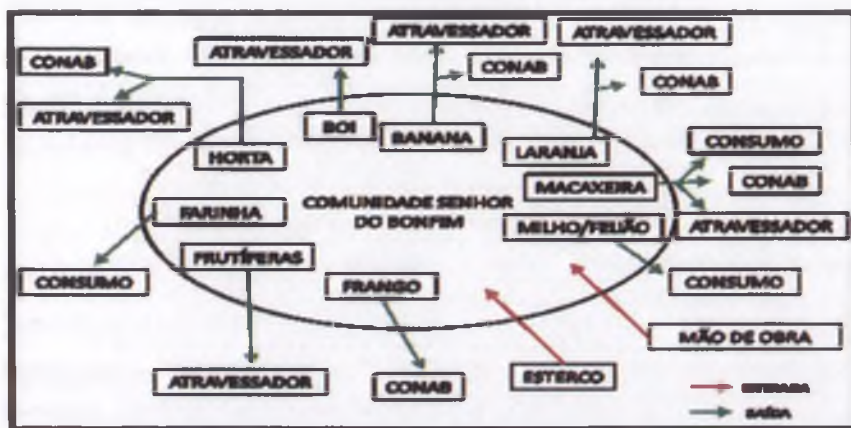
Fonte: AESA, 2013

O calendário agrícola da comunidade funciona de acordo com o regime de chuvas da região, iniciando com o preparo de solo para plantio no início do ano e atingindo o pico máximo de atividades quando também há um pico máximo de chuvas na região. O ritmo de trabalho diminui de acordo com as chuvas e estacionar nos meses de novembro e dezembro, época de seca, como mostra o gráfico 3.

## COMERCIALIZAÇÃO

O mapa de comercialização representado pela Figura 9, foi construído de forma participativa.

Figura 9 Mapa de comercialização e insumos



Fonte: Yogi, pesquisa de campo, 2013

O mapa de comercialização indica a limitação existente para escoar os produtos nessa comunidade. Observa-se que a produção possui três destinos: 1- Comercialização com atravessadores (atingindo preços mais baixos), que só acontece quando não há alternativa; 2- Comercialização com a CONAB, através do PAA e FNDE através do PNAE; 3- O produto é consumido na própria comunidade.

A comercialização é um aspecto limitante para estes agricultores. As estradas são de péssimo acesso e na época de chuvas é praticamente impossível transitar por elas. A produção depende diretamente das chuvas e quando há colheitas, os preços estão mais baixos, uma vez que há maior oferta de produtos por parte dos agricultores da região. Além disso, a comercialização ainda é uma novidade para estes agricultores, que antes da conquista da terra apenas produziam para consumo.

A comercialização com atravessadores, apesar de desvantajosa, possui caráter importante na comunidade, uma vez que não possuem transporte para escoar os produtos, sendo uma forma de acessar o mercado.

Já a utilização de feiras livres para escoar a produção foi citada por todos os agricultores como desvantajoso, pelo tempo despendido para a comercialização, baixos preços atingidos e a possibilidade de perda dos produtos.

É possível perceber a falta de articulação e de incentivo para outras formas de comercializar os produtos nessa comunidade, assim, depois da conquista da terra, a comunidade passou a direcionar a produção para a comercialização através do PAA e PNAE, boa parte das novas atividades iniciadas no Bonfim são frutos da oportunidade que encontraram nesses programas governamentais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O roçado, prática tradicionalmente desenvolvida pelos agricultores do Bonfim, condiz com a agricultura tradicional camponesa citada na literatura, essa prática utiliza recursos ecológicos para manutenção da fertilidade do solo, espécies adaptadas ao manejo e às condições climáticas da região, combinando espécies de interesse econômico e presentes no hábito alimentar dos agricultores, com colheitas em diferentes épocas do ano. Este arranjo produtivo é desenvolvido pelos agricultores há muito tempo, sendo ensinados pelos pais a cada geração. Hoje, este arranjo produtivo divide a atenção dos agricultores com outras atividades.

A partir de 2006, a comunidade passou a implementar a produção de citros, horta, plantação de bananeiras e criação de galinha caipira. Nesta mesma época passaram a acessar políticas de incentivo à sua produção, que influenciaram algumas decisões no seu modo de produção.

As políticas de comercialização PAA e PNAE, viabilizaram a produção da comunidade e estimularam o aumento da produção, sem devido planejamento, hoje os agricultores gastam boa parte de seus recursos na contratação de mão de obra externa. Acredita-se que pelas vantagens na comercialização através dessas políticas, os agricultores acabaram se tornando dependentes, hoje a produção continua aumentando baseadas na expectativa de novos contratos com PAA e PNAE.

Foi identificado nessa comunidade que o Crédito PRONAF estimula aquisição de insumos externos e tem a tendência de estimular a produção de citros, neste caso, a atividade apresenta fator de degradação ambiental, plantadas em declive acentuado, em grande parte do território do Bonfim, gera alto risco de erosão do solo

e perda da fertilidade. Além disso, foi verificado que o crédito não vem atendendo a real demanda desses agricultores.

A política de distribuição de sementes atua diretamente na introdução de elementos da agricultura modernizada no Bonfim. Esta ação não colabora com autonomia da produção desses agricultores, pelo contrário, leva ao risco de contaminação das sementes crioulas, que são mais produtivas na realidade dessa região. Além disso, a distribuição de sementes acaba desestimulando os bancos de sementes crioula da comunidade.

A produção de aves da comunidade passa por mudanças que podem alterar radicalmente o modo produtivo dos agricultores. Incentivado pelo projeto Cooperar, a produção vai passar a ser baseada na aquisição de insumos externos e coloca em xeque a autonomia camponesa dessa comunidade, abre-se possibilidade para a integração da comunidade a cadeias de produção empresariais, tornando-os dependentes da indústria.

Apesar da EMATER colaborar diretamente para o acesso da comunidade às políticas públicas, deixa várias lacunas em relação a assistência técnica para a produção da comunidade. Justifica-se pela falta de recursos e infraestrutura, assim como pela falta de preparo para assumir um tipo de assistência capaz de compreender a realidade e vida das famílias envolvidas no processo de desenvolvimento, com conhecimento dos agroecossistemas e o estabelecimento das estratégias e práticas compatíveis com a realidade específica. Isso só será possível se o agente de extensão puder dispor do tempo suficiente e dedicar a atenção que exige cada situação concreta.

O incentivo A agricultura no Brasil sempre privilegiou a agricultura modernizada, com altas produtividades e integração à indústria, no caso da comunidade Senhor do Bonfim não está sendo muito diferente, mesmo apresentando objetivos de gerar desenvolvimento sustentável, as políticas públicas para agricultura familiar ainda possuem um longo caminho para atingir seus objetivos nessa comunidade.

Várias ações são direcionadas para o desenvolvimento econômico dos agricultores e poucas ações de fortalecimento sociocultural e de manejo ecológico dos recursos. Ao discutir o manejo dos agricultores, na prática foi possível encontrar elementos contraditórios ao texto da lei de incentivo à agricultura familiar. Foi possível perceber que as ações governamentais não estão cumprindo seus objetivos, pelo contrário, algumas ações não levam em conta o modo tradicional de produção e suas peculiaridades, colaborando com a descaracterização de elementos essenciais ao estilo de vida e agricultura tradicional camponesa. Desse modo a comunidade tende à transição para agricultura empresarial.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Edusp, 1992. 280 p.

ALVES, J. M. A. et al. Avaliação agroeconômica da produção de cultivares de feijão-caupi em consórcio com cultivares de mandioca em Roraima. In *Agroambiente*, v. 03, n. 01. Boa vista, 2009. p. 15-30.

ANDRADE-LIMA, D. Present day forest refuges in Northeastern Brazil. In PRANCE, G.T. (Orgs). *Biological Diversification in the Tropics*. New York, 1982. p. 245-254.

AZEVEDO, F. F.; PESSOA, V. L. S. O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. In *Soc. Nat.*, v.23, n.3. Uberlândia. 2011. p. 483-496.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. D. Conciliando a fome com a vontade de produzir: a transversalidade nas políticas públicas. In *ACTA Geográfica*, v. 6, n. 11. Boa Vista, 2012. p. 07-21.

BRASIL. Caio Galvão de França. Ministério do Desenvolvimento Agrário (Ed.). *Agricultura Familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006*. 2009. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

BRASIL. CLARITA RICKLI. . Plano Safra da Agricultura Familiar. 2012. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha\\_Plano\\_Safra.pdf](http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2013.

BRASIL. Constituição (2003). Decreto nº 4887, de 20 de janeiro de 2003. Regulamenta O Procedimento Para Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação das Terras Ocupadas Por Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 08 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 11326, de 24 de janeiro de 2006. Estabelece As Diretrizes Para A Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 11497, de 16 de janeiro de 2009. Atendimento da Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola Aos Alunos da Educação Básica.. Brasília, Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/711767/lei-11497-09>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

CALHEIROS, F. P.; STADTLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. In Revista Katálysis, v. 13, n. 1. Florianópolis, 2010. p.133-139.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia E Políticas Públicas Na América Latina: O Caso Do Brasil. In Revista de investigación en Agroecología, v. 6, n. 9. Murcia, 2011. p. 63-74.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2004. v.1. 24 p.

CHMIELEWSKA D.; SOUZA, D. Market alternatives for smallholder farmers in food security initiatives: Lessons from the Brazilian Food Acquisition Programme. Working Paper, International Policy Centre for Inclusive Growth, 2010.

COSTA, Rita de Cássia Marques; COSTA, Amaury Ribeiro. Assistência técnica e extensão rural: uma abordagem endógena de desenvolvimento no perímetro irrigado público federal baixo Acaraú. In Revista Homem, Espaço e Tempo, v. 5, n. 2. Sobral, 2011. p.29-49.



CUNHA, Flavia Londres da. **SEMENTES DA PAIXÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES NA PARAÍBA**. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Departamento de Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Dissertacao-Mestrado-FlaviaLondres-vf.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

DEVIDE, A. C. P. et al. Produtividade de raízes de mandioca consorciada com milho e caupi em sistema orgânico. In *Bragantia*, v. 68, n.1. Minas Gerais, 2009. p. 145-153.

EVANGELISTA, F. R; NOGUEIRA FILHO, A; OLIVEIRA, A. A. P; A Avicultura Industrial de Corte no Nordeste: Aspectos Econômicos e Organizacionais. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. Rio Branco – Acre. 2008.

FERNANDES, B. M.; WELCH. C. A.; GONÇALVES E. C. Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. In *International Land Coalition*, v. 1, 2012. 63p.

GEHLEN, I. Políticas Públicas E Desenvolvimento Social Rural. In *Rev. São Paulo em Perspectiva*, v. 18 n. 2. São Paulo, 2004. p.95-103.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 653 p.

GONÇALVES, S. A globalização do agronegócio e a destruição do campesinato no século XXI. In *Ateliê Geográfico*, v. 5, n. 14. Goiânia, 2011. p.1-23.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (Org.). *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto*. 2000. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/o/899430>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

HENRIQUES, A. B. Um Órgão Dos Agricultores Brasileiros: Algumas propostas da Moderna Agricultura na Revista Agrícola paulista (1895-1907). In *Revista Crítica Histórica*, v. 2, n. 4. Maceió. 2011. p. 36-63.

LANDIM, J. R. M.; MONTEIRO, M. A. D. A. O pequeno produtor em uma agricultura capitalista. In *Perspectivas*, v. 9, n. 10. São Paulo, 1986.p. 37-49.

LIRA, Kaliane Marcelino. O estudo da indústria em Guarabira-PB: O controle da qualidade em gestão. 2011. 53 f. Monografia (Especialização) - Curso de Licenciatura em Geografia, Departamento de Departamento de Geo-história, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/994/1/PDF - Kaliane Marcelino Lira parte 1.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

MATTOS, P. L. P. et al. Consorciação da mandioca plantada em fileiras duplas e simples com culturas de ciclo curto. I. Mandioca x caupi x milho. In *Revista Brasileira de Mandioca*, v. 18, n. 01. Minas Gerais, 2005. p.25-30.

PERALTA, R. L.; ANDRADE, M. O. Direitos quilombolas e acesso às políticas públicas (sociais): reflexos sobre a configuração da paisagem de uma comunidade no brejo paraibano. In *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 16. João Pessoa, 2011. p.272-300, Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/19.PERALTA, R ANDRADE M UFPB 272 - 300.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/19.PERALTA,R ANDRADE M UFPB 272 - 300.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2014.

PERESTRELO, José P. P.; MARTINS, I. S. Modernização rural: transformações econômicas e suas implicações demográficas, epidemiológicas e nutricionais nos municípios de Monteiro Lobato e Santo Antônio do Pinhal. In *Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 2. São Paulo, 2003. p.38-55.

PETERSEN, P. et al. Sementes ou grãos? Lutas para desconstrução de uma falsa dicotomia. In *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.10, n.1. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2013. p 36-46.

PIRAUX, Marc; MIRANDA, Roberto de Sousa. A longa emergência da agricultura familiar: relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do estado no agreste paraibano. In *Raízes*, v. 30, n. 2. Campina Grande, 2010. p.52-67.

PLOEG, J. D. Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 371 p.

PONTES, B. M. S. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. In *REVISTA NERA*, v.8, n. 7. Presidente Prudente. 2005. p.35-47.

RODRIGUES, Paulo Cesar Guimarães et al. Ecologia dos brejos de altitude do agreste pernambucano. In Revista de Geografia, v. 25, n. 3. Recife, 2008. p.20-34.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? In Sociedade e Estado, v. 22, n. 3. p. Brasília, 2007. 715-151.

SILVA, P. S. Tecnologia e Meio Ambiente: o Processo de Modernização da Agricultura Familiar. In Revista da Fapese, v. 3, n. 2. Aracaju. 2007. p. 87-100.

SILVA, R. A. et al. Situação econômica e produtiva da cultura dos citros no estado da Paraíba. In Revista Verde, v. 6, n. 3. Mossoró, 2011. p.39-48.

VANKRUNKELSVEN, L. Legal: Otimismo - Realidade - Esperança. Curitiba: Gráfica Popular, 2012. 254 p.

VIEIRA, F. L. R. O banco mundial e o combate à pobreza no Nordeste: o caso da Paraíba. In CADERNO CRH, v. 21, n. 52. Salvador, 2008. p.113-128.

WANDERLEY, M. D. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Orgs). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: 2009. p.33-46.

WANDERLEY, M. D. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. Caxambu.1996. 18p.

# AGROECOLOGIZANDO NO CERRADO

Cláudio José Bertazzo (org)



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-92731-00-7



9 788592 731007

 **CNPq**  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico



**NEPEA**

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E  
EXTENSÃO EM AGROECOLOGIA